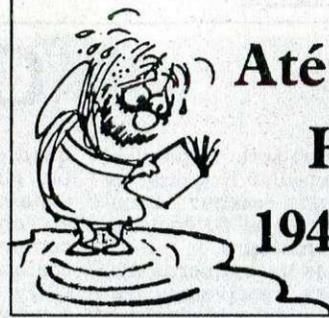


# JORNAL CRP-06

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª Região  
Ano 7 • nº 53 • Março-Abril 88.



Até mais,  
Henfil.  
1944-1988

## DESCASAMENTO



**História das mentalidades  
e Psicologia,**  
por Marlene Guirado.

**Três psicólogos  
discutem o que é  
pesquisar**

# Crise...crise...crise...

**P**arece que seria impossível um Conselho Regional de Psicologia escapar do movimento geral do contexto social brasileiro.

Depois de inúmeras discussões internas, resolvemos trazer a público as dificuldades que vem enfrentando o grupo que assumiu o CRP-06 em 1986, enquanto gestão Palavra Aberta II. A redução do número de Conselheiros de praticamente 50%, no decorrer de um ano e meio de trabalho, e a inevitabilidade de restringir o que havia sido proposto como metas de ação por ocasião das eleições, são as duas questões com que nos vemos às voltas, agora.

A decisão de fazer um editorial que tratasse desse problema não foi fácil. E por razões óbvias: não é fácil tornar transparente o que se poderia considerar uma crise no grupo gestor de uma categoria profissional. Uma decisão política, sem dúvida. Uma decisão apoiada num compromisso que os Conselheiros — que permanecem na gestão — procuram garantir.

Diante do descompasso entre aquilo a que nos propusemos em 1986 e as reais condições de sua efetivação, no momento, depois de sucessivas renúncias de participantes da gestão, urge expor a análise que nos foi possível fazer enquanto "grupo restante".

Numa visão retrospectiva, é importante lembrar as condições da formação da chapa. Houve muita dificuldade para se completar o

quadro de candidatos da atual gestão. Em geral, os profissionais consultados mostravam-se resistentes ao convite. Havia um receio de se comprometer com a imagem burocrática da entidade (na época, os CRPs estavam ainda vinculados à supervisão do Ministério do Trabalho), apesar de ter sido realizado muito trabalho no sentido de mudar tal concepção pelas duas últimas gestões de 1980-83 e de 1983-86.

Depois de três meses de procura, conseguimos enfim completar o quadro de candidatos da atual gestão. Ao iniciar as atividades de preparação da campanha, já surgiu um novo empecilho: a participação dos integrantes da chapa era muito restrita. Contávamos com poucos para organizar a etapa final do processo eleitoral. Desde aquela época, evidenciaram-se os sinais que, mais tarde, traçaram uma das marcas da gestão: as ausências. Uma parte dos Conselheiros esteve ausente, inclusive, no dia da Posse da gestão.

Até 1986, a falta de disponibilidade era — e podia ser — explicada pelo fato de alguns Conselheiros não terem podido contar previamente com esta nova atividade no seu cronograma anual. Chegou 1987 e, no entanto, a situação não melhorou nesse aspecto. Pelo contrário, o que era antes ausência passou a se transformar em desistência definitiva. Nos meados do ano passado, ocorreram as primeiras renúncias. Apesar da sobrecarga colocada so-

bre os que ficaram, o trabalho no Conselho prosseguiu.

Em novembro de 87, quando decidimos realizar um encontro dos Conselheiros para entender e explicitar as origens da crise, com o auxílio profissional de dois Analistas Institucionais, sintomaticamente surgiram mais desistências. Apresentaram-se quatro delas, somente na semana que antecedeu o encontro de Conselheiros.

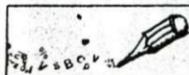
Diante dos acontecimentos, pairava no ar a pergunta: se ocorre a desarticulação, seria o caso de dissidências ideológicas? A resposta parece ser não. Nas cartas de renúncias, os Conselheiros declaravam quase sempre impedimentos de caráter pessoal: falta de tempo, compromissos profissionais e outros afins. Não se chegou a firmar posições divergentes que levassem ao rompimento.

É bom lembrar que o trabalho dos Conselheiros não é remunerado. O pagamento de jetons previstos por lei são quantias simbólicas que não cobrem sequer os gastos com transportes. A ação é voluntária, de natureza política, tendo em vista o crescimento da profissão, os interesses da categoria e a qualidade dos serviços prestados à população. Numa entidade com esses objetivos, a demanda de trabalho é enorme. Os Conselheiros participam de reuniões plenárias semanais, atuam nas Comissões do CRP e atendem às solicitações externas, fazendo-se presentes em

instituições, órgãos, escolas etc. Com essa demanda real de trabalho, houve talvez um equívoco dos profissionais que aceitaram assumir o papel de Conselheiros.

Além disso, há ainda outros aspectos a acrescentar: os Conselheiros enfrentam, lá fora, as mesmas barreiras que a conjuntura nacional impõe à categoria. Eles também estão competindo para se estabelecer profissionalmente, investem na sua formação e precisam garantir sua sobrevivência. Isso tudo requer muito tempo. As necessidades individuais se sobrepõem aos outros interesses e não sobra espaço para quase nada a mais. Tal fato mostra-nos que a crise dentro do Conselho espelha de certo modo a crise instaurada no País. Embora não tenha sido citado nos argumentos dos renunciantes, devemos lembrar que predomina a desesperança política na sociedade brasileira como um todo. Após anos de lutas por mudanças progressistas, finalmente a oposição ascendeu ao poder, mas não realizou nenhuma transformação significativa. Da transição resultou, sobretudo, um marasmo generalizado.

E agora? Por ocasião do "fechamento" desta edição do Jornal, estamos prestes a realizar um novo encontro de Conselheiros e Delegados regionais a fim de efetuar uma revisão de metas e avaliar as reais condições de concretizá-las. O que ficar decidido será objeto do próximo editorial. Até lá!



Curtas

## Manicômio Judiciário

No mês de janeiro último, a equipe de profissionais — que compõem o Serviço de Psicologia do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo — procurou o CRP-06 para denunciar as condições em que está funcionando a referida instituição. O número insuficiente de funcionários e a falta de recursos materiais e físicos caracterizam uma situação no manicômio que torna inviável a prática de propostas de trabalho que vinham sendo encaminhadas junto aos 380 presidiários — doentes mentais.

Segundo as informações prestadas pela Associação dos Servidores do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, houve uma redução de 50% no quadro de funcionários durante o período de 1985 a 1987. As demissões surgiram em diferentes categorias: médicos, psicólogos, enfermeiros, atendentes de enfermagem etc. O motivo da "debandada" são os baixos salários: vinculados à Secretaria da Justiça, os profissionais contratados pelo Manicômio recebem 1/3 da remuneração paga

aos profissionais equivalentes alocados na Secretaria da Saúde.

Os psicólogos ao lado das outras categorias profissionais estão se mobilizando para exigir mudanças neste cenário. As reivindicações não se restringem à questão salarial, mas também se referem à necessidade de contratação imediata de novos funcionários e do fornecimento dos recursos (materiais e físicos) fundamentais à realização das atividades de atendimento aos presidiários.

## Como e quando pagar a anuidade de 88?

Se você não recebeu pelo correio a guia de recolhimento da anuidade de 1988 e por isso não fez o pagamento da primeira parcela até 15 de fevereiro, restam duas alternativas: 1) pagar a primeira parcela, com multa e correção monetária, e as demais parcelas nos respectivos vencimentos; 2) pagar a anuidade integralmente, com 10% de desconto, até 31 de março próximo. Nos dois casos, dirija-se diretamente ao CRP-06.

Um lembrete: Caso algum colega seu não esteja recebendo a correspondên-

cia do CRP-06 (devido talvez à alteração de endereço), avise-o sobre os prazos de vencimentos citados acima.

## Como transferir sua inscrição

É comum, em início de ano, muitos profissionais planejarem reformulações em suas vidas que, muitas vezes, implicam mudanças de moradia para outros Estados. Nesses casos, o psicólogo solicita transferência de sua inscrição do CRP-06 para o Conselho situado na região a que se destina. No entanto, quando esses requerimentos são apresentados, não é raro acontecer um abandono do processo burocrático no meio do caminho que resulta numa pendência administrativa. Em situações assim caracterizadas, o CRP-06 procede o arquivamento do caso e dá por cancelada a inscrição do solicitante, ficando o psicólogo impedido do exercício profissional nesta Região.

Para evitar os possíveis transtornos causados por ocorrências deste tipo, julgamos interessante fornecer algumas informações referentes ao assunto. Conforme Resolução CFP nº 004/86, o profissional pode requerer sua transferência tanto no CRP de origem, quan-

to no de destino. Se existirem débitos do solicitante junto ao Conselho de origem, estes deverão ser quitados para que seu pedido seja deferido.

O prazo ideal para solicitar transferência é no máximo 31 de março, pois até esta data a anuidade relativa ao exercício em curso será paga ao CRP de destino. Quando o pedido é feito após este período, a anuidade é devida ao CRP de origem. Se o inscrito no CRP-06 já tem planos de mudança, seria desejável que cuidasse de dois detalhes: quitar os eventuais débitos antes de transferir-se; e entrar com o pedido dentro do prazo mencionado (até 31 de março).

Embora os débitos pendentes e também a anuidade possam ser pagos no CRP de destino, o adiamento de tais providências acarretará trâmites administrativos entre os CRPs envolvidos para o repasse dos valores. Isto implica dispêndio de tempo para o interessado e o processo burocrático demora mais para se concluir. É importante que o profissional conclua sua transferência para evitar o arquivamento e consequente cancelamento já referido no início deste texto.

## EXPEDIENTE

Conselho Regional de Psicologia  
6ª Região

**Conselheiros:** Aicil Franco, Antonio Carlos Simonian dos Santos, Benedito Adalberto Boletta de Oliveira, Bronia Liebesny, Carlos Afonso Marcondes de Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeira, Cenise Monte Vicente (licenciada), Dayse Cesar Franco Bernardi, Frida Zolty, Maralúcia Arenque Ambrósio, Maria Benedita Lima Pardo (licenciada), Maria Luiza Scrosoppi Persicano, Maria Rosejane Pereira Oliveira, Marlene Guirado, Nancy Bühner, Oscar Armani Filho, Regina Heloisa de Oliveira Maciel, Rosa Maria Lopes Affonso, Sonia Regina Jubelini, Suelli Duarte Pacifico, Yara Sayão.

Sede — São Paulo: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 — 10º andar — fone (011) 212.8111.

**Delegacias - ABC** (Marlene Bueno Zola): Rua Luis Pinto Flaquer, 519, 6º andar, sala 61, fone 444.4000, Santo André. **Assis** (Elisabeth Gelli Yasile): Rua Angelo Bertoni, 545, fone (0183) 22.6224. **Bauri** (Marly Bighetti Godoy): Rua Batista de Carvalho, 4-33, 2º andar, salas 205/206, fone (0142) 22.3384. **Campinas** (Hélio José Guilhardi): Rua Barão de Jaguará, 1481, 17º andar, sala 172, fone (0192) 32.5397. **Campo Grande** (Irma Maccario): Rua Dom Aquino, 1354, sala 97, fone (067) 382.4801. **Culabá** (Marisa Raduenz): Av. Tenente Coronel Duarte, 549, sala 302, fone (065) 322.6902. **Lorena** (Maria da Glória Soares): Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9, fone (0125)

52.1644. **Ribeirão Preto** (Vladimir Marchetto Leite): Rua Cerqueira César, 481, 3º andar, fone (016) 636.9021. **Santos** (Dorian Rojas Finocchio): Rua Paraíba, 84, fone (0132) 39.1987. **São José do Rio Preto** (Maria Alice T. Fachini): Rua 15 de Novembro, 3171, 9º andar, sala 91, fone (0172) 21.2883.

### JORNAL DO CRP-06

**Jornal do CRP-06** é o órgão de orientação do exercício profissional publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região.

**Comissão de Divulgação e Contato:** Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Guirado, Suelli Duarte Pacifico.

Assessor da Comissão de D. e C.: Roberto Yutaka Sagawa  
Jornalista responsável: Suelli A. Zola

(MTb 14.824)

Diagramação: Ribamar de Castro  
Revisão: Maria Aparecida F. M. Bussolotti

Ilustrações: Rui Montenegro  
Redação: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084, 10º andar, fone (011) 212.8111, CEP 01452, São Paulo.

Composição, fotolito e impressão: Jorruês Companhia Editora, fone 815.4999.  
Tiragem: 28.000 exemplares.

As colaborações enviadas ao **Jornal do CRP-06** poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informação será referida conforme os originais enviados, os quais poderão sofrer ou não adaptações consideradas necessárias, de acordo com critérios editoriais.

# O que é pesquisar em Psicologia?

**T**rabalhar com pesquisa em Psicologia é hoje uma das formas de atuação profissional, articulada com outras ou exclusiva. Há diferentes posições frente ao que é fazer pesquisa e o que garante o seu caráter científico. A produção de conhecimento científico está no centro de discussões epistemológicas, teóricas e práticas.

Entrevistamos três pesquisadores-psicólogos: Yves de la Taille, Melany Schvartz Copit e Ana Maria de Almeida, docentes do Instituto de Psicologia da USP (IPUSP). Observar/pensar/buscar reflexivamente, objetividade/subjetividade são palavras-eixo em seus discursos; não se revelam de forma complementar necessariamente, mas como conceitos que definem modelos metodológicos e analíticos distintos. Fazer pesquisa em etologia humana, em psicanálise ou em desenvolvimento cognitivo parece tratar-se de "mundos" completamente diversos da construção do saber psicológico.

## A observação no ambiente natural

Ana Maria Almeida Carvalho é professora do Departamento de Psicologia Experimental do IPUSP. A sua atuação em pesquisa está associada ao ensino, à medida que focaliza questões vinculadas à sua área de docência. O seu tema de estudo é o desenvolvimento social da criança. A orientação básica é o enfoque etológico, que se caracteriza pela concepção do comportamento enquanto produto da evolução biológica. Ana Maria relata sua experiência: "trabalho com pesquisa de campo, que envolve as etapas: coletar dados, analisá-los e inseri-los numa perspectiva teórica.

Para entender melhor essa atividade, é preciso, de início, salientar que essas fases não acontecem rigidamente separadas. Quando se colhem informações, já existem princípios norteadores que conduzem à observação. Há pelo menos perguntas que são levantadas a partir de conceitos formados. Por exemplo: a minha linha de estudo, dentro do desenvolvimento social da criança, centra-se no processo de formação de suas relações interpessoais. Se elegi o tema — a interação entre crianças — é porque o conceito *relação* existe na minha cabeça. Na verdade, sempre que um pesquisador olha, recorta, ele já tem alguma noção teórica por trás.

Então, com perguntas levantadas, vai-se ao ambiente natural das crianças observá-las. Nesse momento, há o cuidado de não interferir nas situações que ocorrem. A presença do pesquisador no ambiente é considerada, em si, um fator de interferência. Entretanto, essa participação, além de não se caracterizar como intervenção ativa, é também levada em conta depois na análise dos dados.

Nesta área de pesquisa não existe um paradigma pronto de análise dos dados. É diante das informações colhidas que se constroem esses parâmetros. Tomando outro exemplo prático: ao observar as crianças, eu percebo que elas não brincam indiscriminadamente, ou

seja, têm preferências na escolha de suas parcerias; então, tenho aí um critério para começar a diferenciar e definir suas relações: a seletividade.

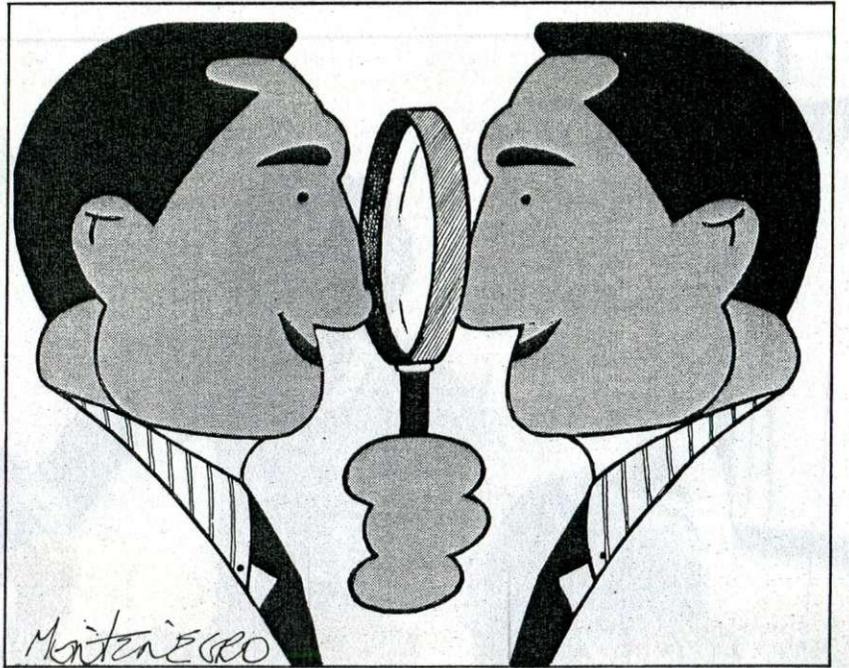
Durante a análise, a passagem da observação para a elaboração teórica acontece a partir da constatação de relações entre os fatos observados. Quando várias indicações do dado apontam numa mesma direção, isso sugere que há um mesmo processo gerando as diferentes manifestações. Com isso, é possível estabelecer um conceito teórico. Em síntese, é esse o modelo de pesquisa que adoto. Mas a produção do conhecimento não cessa por aqui. A teoria construída tem limites e sempre existirão novos estudos que refutam ou completam os anteriores. É assim, no sentido acumulativo, de reformulação que se dá a formação do saber".

## A coleta refletida de dados

Yves de la Taille é professor do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade — do IPUSP, atua na área do desenvolvimento cognitivo e seu objeto de estudo é a criança. Dentro desses parâmetros, Yves considera: "A pesquisa é uma das formas (não a única) de se produzir conhecimento. Eu a defino como coleta refletida de dados — que podem ser empíricos, encontrados na natureza ou sociedade, ou então, podem ser referências bibliográficas, como textos ou artigos. A coleta *refletida* significa que não se buscam dados aleatoriamente, ou seja, há sempre uma reflexão teórica que antecede a pesquisa, determinando o seu objetivo e também o próprio método de colher dados. Quando alguém olha para uma janela e presta atenção, casualmente, numa coisa, depois noutra e assim por diante... isso não significa que se realiza uma pesquisa. Um pesquisador não abre os olhos e vê, pois ele busca os dados a partir de um recorte da realidade. No caso do meu recorte, a teoria adotada é a epistemologia genética de Piaget.

Na área do desenvolvimento cognitivo, a pesquisa procura reconstruir a história de uma criança, tendo em vista o seguinte pressuposto: o que ela faz hoje é consequência do que ela fez ontem, em síntese, é o resultado do seu desenvolvimento. Com essa perspectiva, se busca saber que tipo de causa — efeito existe entre o momento anterior e o posterior. O trabalho terá sempre como referência um problema central a ser estudado, que pode ser, por exemplo, a capacidade de raciocínio lógico, causalidade etc.

O meu estudo, atualmente, está situado dentro do tema: a utilização do computador no ensino. O objetivo é dar minha contribuição a respeito da introdução do micro na escola, como psicólogo — não como educador, pedagogo ou psicopedagogo. Nessa linha, estou trabalhando em cima de uma afirmação feita pelos profissionais que utilizam a linguagem *Logo* no computador, que diz: a programação promove o desenvolvimento cognitivo. Então, está aí uma excelente pesquisa para um psicólogo cognitivista. O pri-



meiro passo nesse sentido será fazer uma análise para saber que aspectos dessa atividade envolve, e, ainda, se estes aspectos são realmente novos. Daí, já com o referencial teórico sobre o que é programar em *Logo*, a próxima etapa será observar as crianças trabalhando e ver que tipo de dificuldades elas têm; qual relação elas estabelecem com essa tarefa. Esse segundo momento se caracteriza como a busca refletida de dados empíricos.

A fase em que estou nesse trabalho, agora, é de reflexão teórica. Por um lado, leio o que se escreveu sobre o tema; e, por outro, estudo também aspectos afins como textos sobre lógica, gênese da noção da função e outros".

## Pensar é criar

Melany Schvartz Copit é psicanalista, professora do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade — do IPUSP. Sua concepção sobre a produção do conhecimento, apesar de estar estritamente relacionada à prática da psicanálise, não se restringe a esse trabalho. No seu depoimento Melany explica: "Pesquisar é pensar. Qualquer pensamento digno do nome — onde se integram dados velhos com dados novos, teoria com prática, consciência e inconsciência — é uma pesquisa. Pensar não é uma mera repetição de idéias como: dois vezes dois são quatro. É reconhecer um novo saber que não existia antes. Não é um saber apenas racionalizado, intelectual, mas, sim, uma descoberta.

Um exemplo típico dessa definição é uma experiência que iniciei há três anos. Como psicanalista, sempre trabalhei essencialmente a fala, então, *desconhecia* o corpo. Eu sentia necessidade de transcender esse limite. Por isso, comecei um trabalho com uma pessoa muito especial: Ruth Metzner — uma senhora de 85 anos, que reúne a vivência de uma disciplina alemã com uma filosofia oriental, além de conhecer profundamente a anatomia humana. Eu faço os exercícios com ela e, às vezes, só após um ano tenho a percepção: visualizo uma parte do corpo no seu conjunto. Daí

há uma integração. Isso eu chamo de produção de conhecimento: a criação de um saber que não tinha e passei a ter.

Esse processo de descobrimento tem muito em comum com a prática psicanalítica, onde se está junto com alguém, a cada segundo buscando revelar algo que é desconhecido. Mas não é só na psicanálise que a criação acontece, é no pensar — de modo geral. Pode ser na elaboração de um texto, no desenvolver de um curso... Enfim, em qualquer trabalho em que aconteça a ruptura do conhecimento estabelecido, e que desse caos nasça uma nova ressignificação. É claro que há diferenças de níveis: na psicanálise isso é uma característica cotidiana, porque sua matéria-prima é o inconsciente.

Embora se devam observar as devidas especificidades de cada área, a concepção de pesquisa tem sempre o teor da criação. Assim, é importante salientar que o pensar (conforme aqui definido) se contrapõe frontalmente à mentalidade produtivista reinante hoje, nesta era da competência, quando o conhecimento virou produto capitalista. As pessoas afirmam estar produzindo folhas e mais folhas, um livro por ano, um artigo por mês... Mas pensar não é acumular quantidades de papéis escritos. O pensamento é difícil, raro, tem seu tempo próprio: primeiro semear, depois brotar e daí amadurecer.

Há um conceito expressado pelo psicanalista Fedida, que clareia essa idéia. Ele fala sobre o trabalho da noite e os gregos usavam essa terminologia para distingui-lo do trabalho do dia. Durante o dia o trabalho é mais racional, automatizado e lógico. Na noite, você religa tudo o que sabe — é o trabalho da semente. Outra crítica ao modelo de ciência atual é de Merleau-Ponty. Tem uma expressão dele que diz: não é o pintor que pinta as coisas, são as coisas que vêm o pintor e se pintam através dele. Na psicanálise, a relação do pesquisador com o objeto é semelhante. O psicanalista se impregna do objeto e dele sai algo novo. É possível extrair do método psicanalítico uma forma de produzir conhecimento".

# ANALISANDO O DESO



Neide Sierra

As separações de casais são um fato que tem ocorrido com uma frequência — a deixar de lado os exageros — quase próxima a dos casamentos. Em nosso trabalho nos consultórios, nas escolas etc., somos muitas vezes confrontados com a realidade psíquica de crianças e adultos que vivem esse processo. As terapias familiares, de casal, as ludo-terapias, sem falar das psicoterapias individuais, são práticas que procuram dar conta das fases críticas.

O descasamento pode ser uma saída saudável? Como é a vivência dos parceiros nas separações? Que efeitos poderão provocar no desenvolvimento psicológico dos filhos? De que recursos teóricos a Psicologia dispõe para responder a essa demanda e como trabalhá-la em termos técnico-terapêuticos?

Dois psicólogas-psicanalistas discutem a questão: Melanie Farkas aborda a importância tanto dos fatos individuais quanto da dinâmica do casal; Evelise de Souza Marra especifica a situação dos filhos quando seus pais vivem a iminência de uma separação, ou separam-se ou permanecem unidos.

**M**elanie Farkas considera que os descasamentos podem ter três destinos: 1) serem vividos como um fim abrupto, com brigas ou rompimentos violentos; 2) serem transformados pelo casal num momento de reelaboração do vínculo; 3) serem consumados como resultado de atitudes "maduras". Estas possibilidades são discutidas nesta entrevista:

"Como define a importância de considerar os fatores individuais nas relações conjugais?"

Melanie Farkas — Entendendo o casamento como uma relação de objeto, dentro da visão psicanalítica kleiniana, diria que no casamento satisfatório os dois aceitam que podem ter suas necessidades satisfeitas e também frustradas. Quando se estabelece um vínculo estável e produtivo, é usufruído o lado bom e suportado o que frustra sem precisar usar mecanismos defensivos que levem a fugir da realidade.

É evidente que o nível emocional de cada um influencia a relação do casamento. É por isso que, numa terapia de casal, eu viso não só trabalhar o vínculo como também dou muita importância aos aspectos individuais dos cônjuges. O dilema do "valorizar o vínculo ou os indivíduos" se transforma numa abordagem dos dois aspectos, privilegiando ambos, sem excluir nenhum.

Isso nos leva a investigar como o casal se uniu, quais as expectativas que havia em relação ao casamento e ao respectivo parceiro. Geralmente, a escolha do cônjuge é feita por necessidades pessoais, ou seja, em termos da possibilidade de realização do desejo no outro. Quando se uniram, não estavam escolhendo um parceiro para a realização de necessidades e desejos adultos, mas estavam procurando repetir ou realizar desejos infantis.

## O mito da felicidade total

"Por que e em que condições um casal resolve fazer uma psicoterapia?"

Melanie — Porque as pessoas estão em dúvida e em crise. O que se constata muito nelas é uma situação de ambivalência: querem e, ao mesmo tempo, não querem se separar. Assim, vêm procurar um suporte para entender melhor o que estão sentindo e também porque estão frustradas em suas expectativas de que teriam satisfeitas todas as suas necessidades, numa concepção mítica de que "o amor vence tudo", "casaram e foram felizes para sempre" etc. Nós não ficamos sabendo como foi a vida de Cinderela depois que o Príncipe Encantado veio buscá-la.

Essa insatisfação vai emergir porque o mito da felicidade total falhou ou por causa de situações mais objetivas como, por exemplo, a independência dos filhos, a mulher que volta a trabalhar fora etc. Nesses casos, pode haver uma

ruptura no "conluio" do casal calcado no mito da felicidade total e ambos não estão preparados para enfrentar a nova situação colocada por esta ruptura. Aí surge a idéia da separação.

"Quais são as razões que levam um casal a se separar?"

Melanie — Da mesma maneira que existe maior liberdade de escolha do cônjuge, também existe maior facilidade de aceitar a idéia de separação. E até tenho constatado que esta idéia é muito reforçada e é vista como uma solução do tipo "a separação resolve tudo". Só que isso cria também muita ambivalência, pois há muitas perdas na separação, evidentemente.

A necessidade de negar as perdas promove muitas atuações como, por exemplo, brigas por causa do dinheiro, da guarda de filhos etc. Ao invés de cada cônjuge entrar em contato com o que está acontecendo, ambos partem para disputas ou brigas que podem encobrir o sofrimento ou desconsiderar os sentimentos do outro. Essas brigas e rompimentos violentos servem de defesa: o casal não consegue lidar de forma mais adequada com o significado da separação em termos de perdas.

## O meu espaço ou a manutenção do vínculo?

Na iminência da separação, tenho ouvido muito essa expressão: "tenho que conquistar o meu espaço". Parece que

alcançar este objetivo precisa ser feito por essas pessoas à custa do outro e não com o outro. A opção parece estabelecer que: ou se privilegia o desenvolvimento individual ou a manutenção do vínculo. Na verdade, o casal não precisaria se separar caso tivesse a possibilidade ou a maturidade suficiente para aceitar as diferenças e até poder usufruir delas.

Quando não é possível conciliar estes dois aspectos porque realmente a vida de cada um está sendo prejudicada pelo vínculo do casamento que não permite a diferenciação de cada um e, ao mesmo tempo, não dá a possibilidade de união em termos criativos, então a separação pode ser até "saudável".

Outras vezes, acontecem "acidentes de percurso" na vida do casal: encontra-se outra pessoa mais adequada, há um crescimento muito desigual de um dos cônjuges que não é acompanhado pelo outro etc.

## As mudanças da relação conjugal

"Como avalia as dificuldades para se manterem vínculos conjugais estáveis, hoje?"

Melanie — Além das questões pessoais como expectativas e razões de escolha do companheiro, o casamento como instituição social mudou muito e deixou de ser um meio necessário para

se alcançados status, que isso satisfaz. Nesse momento, a mulher quer um dança, com r antes, entre u dança l mem l quanto "Em rar ou Mel do mei que so do que de que borada mais concre sal. Pa ção do pés fa rias. N tarefas aprend que po: timar c não co "negoc mantêr difícil :

# Os filhos casais unidos ou separados

Com base na sua experiência clínica, Marra argumenta que os filhos de casais unidos não apresentam distúrbios de situação conjugal dos seus pais. Em suas adversidades das relações pais-filhos, a realidade psíquica.

**A**pós três ou quatro anos de trabalho como psicóloga no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, comecei a atender crianças e achava que deveria tornar-me uma "especialista" de crianças. No desenvolvimento deste trabalho e como decorrência do mesmo, passei a atender os pais, o que me levou a dar aulas durante alguns anos no Núcleo de Terapia Familiar, na Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Posteriormente, passei a atender também adultos em análise.

## A terapia versus o apelo pedagógico

Desde o início, atendo uma criança fazendo também uma entrevista com os pais juntos. Não me proponho a fazer uma orientação de pais e sim uma terapia de casal, pois penso que é inútil o apelo pedagógico para as questões de

person paraçã conscie frente vantag Quar crianç: é extre respon so, os o inter atendi dição p entrev: dencia gência os conu Ao a car qu crianç: do cas: flitos s nos pr tar ma

# DESCASAMENTO HOJE

ser feito ro e não stabele- envolvi- nção do o preci- possibi- te para ler usu-

ar estes e a vida da pelo permite ao mes- lade de ão a se- l".

identes encon- ada, há l de um anhado

para se stáveis,

es pes- es de es- ento co- muito e rio para

se alcançar objetivos concretos e definidos como estabilidade econômica, status etc. Passou-se a esperar mais do que isso, surgindo uma necessidade de satisfação ou realização pessoal maior. Nesse sentido, ficou muito difícil para a mulher, no casamento atual, desenvolver uma relação que legitime essa mudança. A nova posição que adquiriu, com mais possibilidades do que tinha antes, traz uma situação contraditória entre um desejo aparente e uma mudança mais real e profunda. Tanto o homem tem a dificuldade de aceitá-la quanto ela própria também tem.

"Em sua opinião, é preferível separar ou continuar juntos?"

**Melanie** — Ao pensar no significado do meu trabalho como terapeuta, diria que sou mais favorável à manutenção do que ao rompimento do vínculo, desde que as dificuldades possam ser elaboradas pelos dois e tenham, assim, mais possibilidades de estabelecer e concretizar um projeto de vida do casal. Para tanto, as tarefas de construção do casamento, do exercício dos papéis familiares, entre outras, são diárias. No bom desenvolvimento destas tarefas, cada um dos dois precisa aprender a "negociar", de tal maneira que possam reconhecer, aceitar e legitimar o desejo do outro, mesmo quando não consegue resolvê-lo. Quando essa "negociação" não é feita com amor e mantém-se uma relação de poder, fica difícil atingir esses objetivos.

## filhos de casais unidos separados

periência clínica, Evelise de Souza e os filhos de casais separados ou em distúrbios devido unicamente a seus pais. Em ambas as situações, relações pais-filhos devem ser tra- da realidade tanto fatural quanto

de tra- Hospi- uldade necei a leveria a" de deste o mes- que me is anos na Fa- P. Pos- também

O crian- revista onho a m uma é inútil tões de

personalidade. Em qualquer união, separação, ou qualquer fato da vida, o Inconsciente está presente, atuante e frente a ele o pedagógico fica em desvantagem.

Quando os pais perguntam se uma criança precisa ou não de atendimento, é extremamente difícil para o analista responder de forma prescritiva. Por isso, os esclarecemos e discutimos sobre o interesse e a oportunidade de um atendimento, oferecendo alguma condição para que tomem a decisão. Nessa entrevista conjunta, é freqüente evidenciar-se uma situação de maior urgência e necessidade em se lidar com os conflitos dos pais.

Ao atender os pais, é comum verificar que, depois de algumas sessões, a criança deixa de ser o assunto central do casal. Poderíamos dizer que os conflitos são introjetados, ou seja, são menos projetados nos filhos e passam a estar mais neles (pais). A criança trazida

ao analista não é a criança real, mas a representada na mente dos pais, e esta mobiliza as ansiedades e angústias, sem ser necessariamente uma "criança-problema". Diante desta constatação, faço indicação de terapia para a criança somente no caso de uma sintomatologia muito circunscrita e quando observe sofrimento e perturbação na vida dela.

### A importância dos conflitos para os filhos

Penso que ninguém contestaria a afirmação de que a forma mais adequada de se criar uma criança seja dentro da família "bem constituída". A necessidade de "pais unidos" evidencia-se até no desejo de filhos já adultos, criados e, portanto, não-dependentes dessa união para nada.

Parece-me que a vantagem de um casal cooperativo é a criança não estar na mão de um indivíduo somente, ou seja, sujeita à "autoridade" de uma única pessoa. Nesta condição, ela não será confrontada com dúvidas ou alternativas de uma outra. Quando uma mãe acha que está frio e a criança precisa colocar um agasalho ou que deve comer tudo na refeição, é útil alguém estar por perto para levantar dúvidas sobre a temperatura ou sobre o comer bem.

Penso que a grande desvantagem de crianças, cujos pais se separam, consiste em perderem essa oportunidade. Paradoxalmente, estas crianças perdem a chance de serem criadas com conflitos. Considero que é melhor haver conflitos do que ser criado dentro da Verdade, do Absolutismo.

### A realidade fatural e a psíquica

Do ponto de vista clínico, não encon-

tramos em princípio muitas diferenças entre filhos de casais separados e os de casais unidos. Há uma idéia muito freqüente de que casais separados têm filhos com mais dificuldades. Acho que a clínica não corrobora esta idéia. Não vejo uma relação direta entre sintomas nos filhos e a situação de separação real dos pais. Somos procurados por pais que estão juntos ou separados, famílias aparentemente muito estabilizadas e outras claramente perturbadas. Isto é um dado de experiência clínica, pois não temos de fato perspectiva histórica para avaliar esta situação. O descasamento na extensão que ocorre hoje é um fato recente na história do casamento.

Vemos casais que apresentam uma história de muita estabilidade e, de repente, produzem um filho psicótico ou delinqüente. Este fato costuma ser freqüente na experiência dos terapeutas de família. De qualquer forma, a equação que envolve a Realidade fatural, de um lado, e a Realidade psíquica, de outro, é complexa e se constitui no eixo do trabalho psicanalítico. É sabido que a Realidade (pais unidos ou separados, famílias organizadas ou perturbadas) vem a ser um dos ingredientes da estruturação da personalidade, apesar de o fato real nunca ser apreendido sem Transformações. Estas são interferidas pelas pulsões instintivas e pelas defesas.

### As repercussões mais dramáticas

Talvez a situação mais dramática que a separação de um casal provoque é a confirmação das fantasias destrutivas onipotentes da criança e a terrível confirmação de que seus desejos têm poder sobre o real. Por exemplo, a separação de um casal pode, às vezes, confirmar a fantasia de uma criança de que ela é tão destrutiva que os desejos de separar os pais, tendo-os somente

para ela, tiveram efeito. Isso não implica também que seja preciso existir necessariamente uma situação real, a separação de fato, para que ocorra o surgimento de culpa.

Uma outra situação dramática é a oferta de um modelo de relação de um casal destruído, que corrobora a desesperança na formação de um par, mais especificamente de um vínculo.

Uma questão primordial é que, quando os pais estão muito envolvidos com sua sobrevivência emocional e consumidos em conflitos interpessoais e intrapsíquicos muito acirrados, há uma condição pouco favorável para se cuidar de um outro necessitado.

### Existem separações maduras?

Há possibilidades, naturalmente, de ocorrer separações maduras, nas quais o casal pode fazer o luto da separação, cada um assumir sua cota de responsabilidade pelo fracasso (ou evolução) da relação, haver certo respeito e consideração pelo outro, preservando a cooperação no atendimento aos filhos. A condição para que isso ocorra depende, porém, de uma longa evolução psíquica iniciada na estruturação da personalidade dos pais (do ponto de vista kleiniano quando bebês) e não depende da condição atual da separação. A separação é apenas — usando um modelo do doutor Pêrsio Nogueira — o vento contra; "é na tempestade que se identificam as possibilidades do barqueiro".

Enfim, a questão social da maior freqüência hoje de lares desfeitos resulta de toda uma mudança nas relações familiares e sociais e talvez não seja o mais preocupante. Parece que o ser humano desenvolve bem os recursos para lidar com as adversidades concretas e que a grande batalha continua sendo no campo das adversidades internas (psíquicas). E é com isso que somos desafiados a lidar, seja na mente da criança, do adulto ou nas relações de um par."



Neide Sierra



# A encampação da Universidade de Bauru

José Roberto Tozoni Reis

Cumprindo a promessa que assumiu em palanque perante seus futuros eleitores, o Governador Orestes Quéricia anunciou, em novembro de 1987, a encampação da Universidade de Bauru pela Unesp — Universidade Estadual Paulista. A estadualização dessa instituição de ensino causou surpresa, não pelo fato em si, mas pela rapidez com que a decisão foi tomada. A imprensa, de maneira geral, questionou a medida levantando questões orçamentárias e criticou a falta de um estudo prévio necessário à instalação de mudanças tão significativas numa estrutura acadêmica. Já a população local teve reação diferente. Os professores e alunos sentiram-se beneficiados e, claro, aplaudiram a iniciativa.

Embora sejam contrastantes, as duas opiniões são coerentes. Dependendo do lado que se olha o acontecimento, percebe-se o sentido de cada uma destas avaliações. A priori, a incorporação de Bauru pela Unesp é um evento positivo. O livre acesso ao ensino público e

gratuito de nível superior é um direito inegável de todo o cidadão. E o aparelho do Estado — nas esferas municipal, estadual e federal — é responsável por menos de 20% das vagas existentes nas faculdades brasileiras. A situação é absurda, precisa ser revertida.

Diante disso, fica óbvio que a encampação de Bauru merece ser comemorada. Passando para a Unesp, a Universidade deverá ampliar o seu corpo docente em pelo menos o dobro como forma de adequar-se aos parâmetros desta Universidade, que mantém um professor para no máximo dez alunos. As relações de trabalho também mudarão — o contrato com os professores, antes caracterizado predominantemente como horista, passará a prever mais tempo dedicado às atividades como preparação de aulas, pesquisa e prestação de serviços. E ainda, para acrescentar, os salários serão melhorados. Na soma de todas as reformulações resta um saldo evidente: a qualidade de ensino se eleva.

Até aqui, o ato do Governo só faz jus aos elogios. No entanto, há ou-

tros aspectos a serem enfocados que não são tão louváveis. Um deles é a precipitação na decisão. Respondendo às pressões políticas e preparando o terreno para as eleições municipais de novembro deste ano, o Governador Quéricia atropelou os estudos que estavam em curso para a futura estadualização da Universidade. Como consequência da pressa, vão aparecer, mais tarde, os problemas de adaptação aos novos objetivos da instituição. Era possível fazer um planejamento que garantisse o bom funcionamento desde o início, porém, os fins eleitoreiros não podiam esperar.

Outro aspecto criticável é o uso do exemplo de Bauru como prova de implantação de uma nova expansão universitária no Estado. O empreendimento até poderia ser um passo nessa direção, entretanto, significa apenas uma solução para as exigências político-partidárias mais imediatas.

Agora, se o Governo de São Paulo pretende mesmo ampliar a rede de ensino público de 3º grau, essa primeira experiência delineia um interessante critério a ser seguido: a

encampação das Fundações Municipais. Existem muitas Fundações que, apesar de apresentarem características de faculdades particulares, são mantidas (em parte) por recursos públicos, principalmente por subvenções das Prefeituras Municipais. Ora, o papel do Município não é o de sustentar o ensino superior. Sua função é, sim, oferecer educação para os níveis da pré-escola e 1º grau; portanto, não deveria desviar seus recursos dessa meta prioritária.

Então, na medida em que existe este tipo de Fundações com patrimônios erguidos, o correto seria o Governo encampá-las, para assim instaurar uma real expansão do ensino superior público e gratuito. Quanto às faculdades da iniciativa privada, o certo é deixá-las à mercê de suas próprias contradições. Elas ganharam fortunas durante o militarismo e, se hoje estão estranguladas, não é o poder público que deve salvá-las.

*José Roberto Tozoni Reis é professor do Curso de Psicologia da UNESP, Campus de Assis e Conselheiro do CFP.*

## Delegacias

### Dificuldades e perspectivas, em Campinas.

Reunindo cerca de 2000 inscritos, a Delegacia de Campinas abrange uma extensa região que inclui mais de 100 cidades. Dada a amplitude da área circunscrita, os serviços prestados aos profissionais se operacionalizam em mais outras duas "sub-delegacias" situadas nas cidades de Itatiba, sob a coordenação do Delegado Adjunto Antonio Faur Saab, e Piracicaba, coordenada pela Delegada Adjunta Theresa Figueiredo Santos.

A idéia de multiplicar os locais de atendimento não tem só o objetivo de facilitar as atividades formais do CRP junto aos profissionais. A Delegacia pretende também estabelecer maior proximidade com os psicólogos, para encaminhar uma proposta de conscientização da categoria acerca do seu papel dentro do processo de transformação da sociedade.

Para viabilizar este projeto, a Delegacia de Campinas enfrenta dificuldades de comunicação com os psicólogos, pois, além de ser grande o número de inscritos, também estão distribuídos em muitas cidades diferentes. Segundo Hélio José Guilhardi, delegado regional, há ainda outro problema mais lamentável: "a categoria vê o CRP como um órgão controlador, fiscalizador e autoritário".

Sendo assim, a Delegacia elegeu como uma das suas prioridades de trabalho a criação de estratégias que mudem esta imagem pré-concebida. Embora já se percebam significativos avanços nesta direção, o processo se mantém buscando consolidar a nova filosofia de atuação, principalmente por meio dos alunos, os futuros profissionais.

A Delegacia vem marcando sua presença nas Faculdades, para realizar, em conjunto com os professores e entidades representativas dos alunos, eventos e encontros que além de propiciar a troca de experiências, possibilitam discussões de questões teóricas. Com relação aos aspectos éticos, há cursos organizados pela Comissão de Ética junto aos professores, para debater o novo Código.

Na avaliação feita por Hélio José Guilhardi, as respostas ao trabalho desenvolvido pela Delegacia têm sido positivas. "Criamos uma porta aberta para a categoria, e com isso conseguimos nos aproximar não só das Faculdades, como também de outras instituições, numa perspectiva de cooperação mútua. Há dificuldades, sem dúvida, e a participação dos psicólogos dentro do CRP ainda não atingiu o nível desejado, porém já demos alguns passos e pretendemos nos mobilizar cada vez mais".

## Anote

Será realizado, em Porto Alegre, de 23 a 27 de maio de 1988, o III Encontro sobre Testes Psicológicos. A promoção é do Conselho Regional de Psicologia — 7ª Região. Estão programadas atividades como palestras, grupos de discussão, painéis, comunicados sobre pesquisas e temas livres, incluindo também alguns cursos sobre testes psicológicos. Os interessados em inscrever-se para temas livres ou outras colaborações devem procurar a Comissão de Métodos e Técnicas Psicológicas do CRP-07, no endereço: Av. Osvaldo Aranha, 1423, sala 204, telefones 30.18.38 — Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O CPHD — Centro de Psicologia Hospitalar e Domiciliar realizará de 4 a 8

de abril de 1988, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda/Recife, o III Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar, sob a coordenação da Dra. Marisa Sá Leitão. Para obterem maiores informações, os interessados devem procurar a secretaria do evento no endereço: Rua Correia de Araújo, 80, CEP 52011, telefone (081) 231.09.45 — Recife, Pernambuco.

### LUDOTERAPIA

Montamos, com a supervisão de psicólogos especializados, caixas de ludoterapia completas, com todos os brinquedos necessários à psicoterapia infantil. Entrega imediata no local. Pedidos: (011) 544.1499.

### GRUPO DE MÃES

Um trabalho centrado na problemática comum às mães, coordenado por Maria Regina Gulla (CRP-06/072) e Regina Pascoalucci. Inicia-se em 11 de abril, à Rua Fradique Coutinho, 1884, Pinheiros. Informações e inscrições até 4 de abril, pelo tel. 210.7980, em São Paulo.

### PSICANÁLISE INFANTIL

Grupo de estudos sobre Psicanálise Infantil com a coordenação de Maria Regina Gulla. Inicia-se em 4 de abril. Informações e inscrições até 30 de março, pelo tel. 210.7980, em São Paulo.

## As novas normas do CONTRAN

O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) publicou no Diário Oficial da União, em 9 de novembro de 1987, a Resolução nº 670, substituindo a anterior de nº 564/81, que estabelece novas normas para a formação de condutores de veículos automotores e a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Na elaboração destas normas, o CFP foi convidado pelo CONTRAN a prestar assessoria técnica, tendo apresentado recomendações de mudanças na legislação. As normas vigentes hoje refletem em parte, algumas das sugestões propostas pelo CFP.

Existem artigos (principalmente os de nºs 35, 64, 66, 68 e 70) que alteram alguns referenciais de atuação do psicólogo.

O artigo 35 trata da aprendizagem teórico-técnica e coloca como obrigatória no processo instrucional a abordagem dos temas: "formação psicológica dos condutores em função dos usuários da via" e "o desenvolvimento da capacidade humana no relacionamento social", para desenvolver nos futuros motoristas um conjunto de atitudes mais adequadas.

O artigo 64 explicitou mais os objetivos da aplicação de testes e realização de entrevistas pelos psicólogos que avaliarão: personali-

de, aptidões percepto-motoras, reacionais e nível mental; a história da vida orgânica, familiar, escolar, profissional, social, além do histórico dos acontecimentos no trânsito de cada candidato.

Diminuindo vários entraves burocráticos impostos aos profissionais da área, o artigo 66 autoriza o credenciamento de psicólogos autônomos junto ao Detran, sem exigir a organização de clínicas.

Já o artigo 68 abre a modalidade "renovação de exame psicológico" que será utilizado quando os condutores envolverem-se em acidentes dos quais resultem vítimas, independente de culpabilidade judicial. Fica sendo também necessária a renovação periódica para os habilitados nas categorias "C" e "D", que dirigem veículos de cargas perigosas, de longo percurso, de transportes coletivos e de viaturas de serviço público.

Por fim, o artigo 70 determina que o exame psicológico é eliminatório nas provas para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. E, se houver entrada de recurso por parte do candidato julgado inapto, uma Comissão Especial, constituída por dois psicólogos e um médico psiquiatra, estudará o caso em questão.

## Agenda

3 a 6.12.87 — Os conselheiros Sonia Regina Jubelini, Oscar Armani Filho e Frida Zolty participaram, em Bauru, do II Congresso Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental.

06.12.87 — As conselheiras Dayse César Franco Bernardi e Regina Heloisa Maciel participaram do I Congresso Latino-Americano e III Seminário Bras. de Ergonomia.

12.12.87 — O conselheiro Carlos Ro-

drigues Ladeia esteve participando do Encontro de Psicologia e Educação, promovido pela Comissão de Educação do CRP-06.

07.01.88 — A Conselheira Sonia Regina Jubelini participou da Colação de Grau dos formandos da Faculdade Objetivo.

08.01.88 — A conselheira-presidente Marlene Guirado esteve presente na Colação de Grau dos formandos do Instituto de Psicologia da USP.

# POR UMA HISTÓRIA DAS MENTALIDADES

Um livro para fazer pensar a pesquisa em Psicologia

Marlene Guirado

Resenha



Para quem já se dedicou à agradável e surpreendente leitura de um historiador como Philippe Ariès — em *História Social da Criança e da Família* — fica evidente a importância da orientação do pensamento francês atual, quer na Filosofia, quer na Psicanálise ou na Sociologia, entre outros campos do conhecimento. Em trabalhos como o de Ariès, não psicólogo e não psicanalista, há a elaborada indicação de uma subjetividade inevitavelmente constituída nas malhas de relações que — para além das explicações biológicas, "individualísticas" e/ou "capitalísticas" — são concebidas como relações em rede, onde se anunciam pontos articuladores e reveladores de práticas e mentalidades de uma determinada época. Uma certa concepção do que seja infância, a título de exemplo, atravessa o discurso e a expressão plástica relativa à família e à educação, com diferenças quando se trata predominantemente do movimento do "pensamento" da Idade Média ou da Idade Moderna. Conforme se pode depreender do estudo descritivo-analítico das produções discursivas e figurativas, na medida em que se conta com um determinado "sentimento" (termo utilizado por Ariès) diante da infância enquanto fase da vida (e de uma vida que tem de ser pautada pela racionalidade, por um uso especial do tempo e por relações específicas de trabalho, na Idade Moderna), esse "sentimento" se evidenciará nas atitudes características da criação de filhos e da escolarização.

## O descentramento da subjetividade

Menos afeito a considerar as relações sociais a nível das mentalidades e, mais voltado a considerá-las enquanto práticas (discursos, ações, comportamentos), um outro pensador francês marca época: Michel Foucault. Com a história das instituições da sexualidade, da loucura, da delinquência, Foucault permite a um estudioso de suas idéias compor as possibilidades de um subjetivo apoiado em referentes de disciplina, ordenação e divisão do tempo e do espaço, transparência à observação e medida de atitudes e tendências.

A importância desta forma de pensar a subjetividade está, exatamente, no descentramento da noção de sujeito. Noção tão cara para nós, psicólogos, que nos vemos às voltas com os conceitos de identidade, personalidade, individuação — para citar apenas algumas de nossas "questões de honra". A experiência mesma, pessoal, na leitura de trabalhos como estes, promove em nós a estranha e pouco elogiosa sensação de nos constituirmos como efeitos, quando muito especiais, de práticas e representações sociais, de momentos históricos,

Uma auto-imagem no mínimo decepcionante... Uma ferida narcísica, como já disse alguém, certamente também importante, mas de quem não me recordo, agora, o nome...

Michel Vovelle — autor de *Ideologias e Mentalidades* (Editora Brasiliense, 414 p.), livro que é, nesta seção do Jornal, objeto de resenha — é uma dessas expressões do pensamento francês. Como Ariès, um historiador. Mas um historiador que migra do marxismo para constituir-se, como ele mesmo se apresenta, um **historiador das mentalidades**. Como se pode notar, é, ele também, um desses **efeitos** (especiais ou não) de um momento e de uma maneira de organizar a produção científica e de conhecimentos teóricos. É ele, também, um ponto de expressão de uma certa mentalidade...

*Ideologias e Mentalidades*, um livro que é, propriamente, uma defesa da necessidade de se conceber a História não apenas como História Social conforme modelos marxistas vulgares (como ele denomina o tratamento positivista da determinação exclusiva e direta da infraestrutura econômica sobre a estrutura social e a superestrutura ideológico-política), ou a História enquanto acumulação de fatos e datas objetivos sem os "comos" e "porquês" (a História dos livros didáticos, em sua grande maioria); um livro que discute a questão das fontes históricas, destacando o valor da escritura a partir de indicadores e traços ("rins e corações", conforme metáfora do autor), isto é, elementos quantificáveis presentes em imagens e discursos sociais que surgem e se repetem, à exaustão, nuns e noutros, e que, por recorrência, são considerados símbolos que dizem da concepção (não consciente) de uma época. Temas (como morte e religião) circunscrevem o âmbito da pesquisa. Assim, o estudo da configuração, por exemplo, dos túmulos, dos traços que repetidamente surgem neles, é caminho para conhecer a mentalidade a respeito da morte.

## Um espectro multifacetado de análise

É tarefa difícil trazer ao leitor desta resenha a variação e a riqueza do texto de Vovelle. Em plano de fundo, trata-se de uma verdadeira luta política para estabelecer esta outra forma de "contar a História": uma história que se escreve do ângulo de um inconsciente coletivo (expressão de Ariès) e que exige um cuidadoso trabalho de decifração ou de interpretação. Em outros planos, são quase infinitas as possibilidades de exploração de *Ideologias e Mentalidades*. Parece até que nos encontramos diante de um daqueles intrincados extratos do testemunho literário e do acervo iconográfico (parodiando Vovelle que situa estas como fontes privilegiadas da história das mentalidades), que permitem, por sua ambigüidade ou densidade, um espectro

multifacetado de vias de reflexão e análise. Desperta-se no leitor a irresistível atração pelos mistérios das diferenças, semelhanças, controvérsias e consonâncias.

Sem pretender, portanto, esgotar sequer a enunciação de tal riqueza, detenho-me, neste espaço, a chamar a atenção para algumas das linhas reflexivas que atravessam — ou, podem atravessar, conforme o interesse daquele que o lê — a escrita de Vovelle.

De início, esclarece, o quanto consegue, os termos **ideologia** e **mentalidade**, situando-os em referenciais teóricos distintos. Com isto, potencializa-os para dar conta de processos simbólicos vistos como efeitos imediatos de estruturas econômicas (ideologia), ou, como expressões complexas e articuladas pela mediação de um inconsciente coletivo (mentalidade).

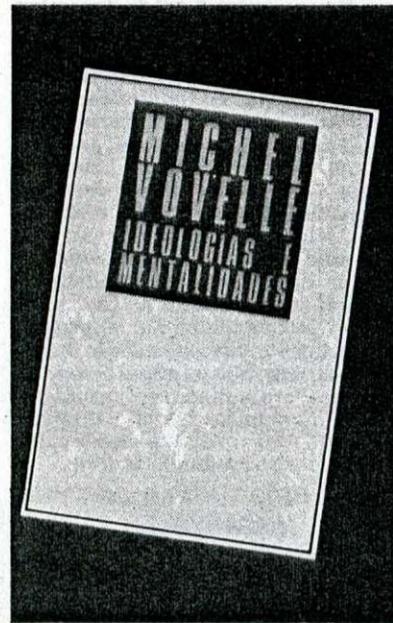
Ainda nesse sentido, faz outras distinções como, por exemplo, entre História Social, História das Mentalidades e a das Culturas; entre estas e a psico-história; entre empirismo e conceitualismo; entre literatura das elites e aquela das memórias e narrativas anônimas (privilegiando esta, inclusive, como matéria-prima de uma história das mentalidades); entre semiologia da comunicação e semiologia da significação; entre Sociologia e História enquanto disciplina do saber; entre o marxismo vulgar e um marxismo que permite avançar teoricamente; entre métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, e assim por diante.

Essas distinções todas, entretanto, não chegam a criar antagonismos. Vovelle declara sua "bulimia", ao trabalhar num terreno ainda novo. Bulimia esta que se justifica pela necessidade: a) de não se descartarem recursos que venham da quantificação para chegar às análises e qualificações, e b) de não se pensar que ao historiar as mentalidades se nega a história social; pelo contrário, "a história das mentalidades, com toda a complexidade dos mecanismos que ela permite analisar, constitui-se propriamente como a ponta fina da história social" (Vovelle, p. 127-128).

## E por falar em bulimia...

Para nós, psicólogos, a leitura de um texto como este, construído no contexto de uma outra disciplina do saber, a História, exerce o fascínio de nos reconhecermos como aqueles que se relacionam com a morte, por exemplo, no interior de um modo coletivo de atitudes e sensibilidades; medos, angústias, fantasias, recusas, negações e obsessões parecem tecer-se neste "mental coletivo" a que se refere Vovelle.

Mais que isto, *Ideologias e Mentalidades* se coloca, especificamente, como leitura para os profissionais que, em Psicologia, têm-se orientado para a área de pesquisa; em especial, para as pesquisas que, sem deixarem de se classificar como científicas, transitam pelos ter-



renos, ainda considerados escorregadios, das análises, dos discursos, das representações relativas às vivências sociais e institucionais. Estes trabalhos têm exigido de quem os faz o exercício constante e sistemático da discussão epistemológica e do estudo de métodos que se caracterizam pelo rompimento com as formas tradicionais da medição, quantificação, qualificação, precisão e previsão quer de comportamentos, quer de fantasias (como curiosamente costuma acontecer em certas produções acadêmicas que afirmam tratar de processos inconscientes).

Tento colocar um ponto final nesta resenha. Mas o faço em meio a um turbilhão de outras afirmações e dúvidas a me ocorrerem insistentemente. Por que Vovelle não se refere a M. Foucault na ordenação que faz de seu pensamento? Que lugar têm as práticas, enquanto mecanismos institucionais, na configuração das mentalidades? História das mentalidades enquanto história de um nível da realidade social, ou, enquanto um nível de análise de uma realidade que faz história? E, por aí afora, outras interrogações...

Prefiro terminar com o próprio autor. Um extrato de seu texto: "História das mentalidades: estudo das mediações e da relação dialética entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, de outro, a maneira como eles a narram e mesmo como a vivem. A esse nível, as contradições se diluem entre dois esquemas conceituais, cujos aspectos contrastamos: ideologia de uma parte, mentalidades de outra. O estudo das mentalidades (... tem) o imenso mérito de nos ensinar a encarar mais diretamente o real, em toda a sua complexidade e em sua totalidade" (p. 24-25).

Marlene Guirado é Conselheira-Presidente do CRP-06, professora no Instituto de Psicologia da USP e autora de *A Criança e a Febem* (Ed. Perspectiva), *Instituição e Relações Afetivas* (Summus Ed.), *Psicologia Institucional* (Ed. Pedagógica e Universitária).

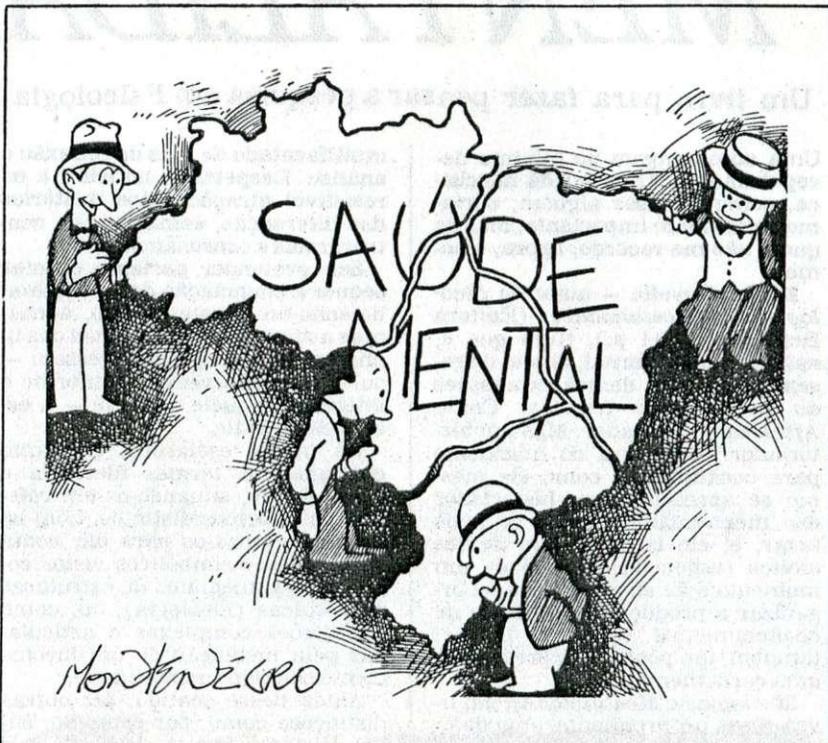
# EM BUSCA DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

**P**or uma sociedade sem manicômios, essa foi a principal bandeira de luta levantada no II Congresso Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental realizado em Bauru, entre 3 e 6 de dezembro último. Organizado por uma Comissão Nacional — composta por representantes do Plenário dos Trabalhadores de Saúde Mental de São Paulo e de outros movimentos Pró-Plenários do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás — o evento reuniu cerca de 350 participantes (grupos e entidades), vindos dos Estados envolvidos com sua preparação, além de contar com a presença individual de profissionais de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. O programa proposto para discussão subdividiu-se em três temas: organização dos trabalhadores; produção social da doença mental; análise e reflexão das práticas desenvolvidas pelos profissionais da área.

## Pela defesa da estatização

O primeiro painel apresentou uma retrospectiva da assistência psiquiátrica no Brasil, situando nesse histórico a influência dos movimentos dos trabalhadores de saúde mental, que começaram a se fortalecer no final da década de 70. Nesse período, os profissionais passaram a investir na formulação de modelos de atendimento que tinham o objetivo de reverter a prática hospitalocêntrica, colocando-se contra a criminalização da loucura. De 1982 a 1985, no bojo da redemocratização vivida no País, surgiu a possibilidade de concretização (na região sudeste) desses métodos de tratamentos elaborados nos anos anteriores. De 1986 em diante, iniciou-se um retrocesso político na sociedade em geral, onde se verifica nos serviços de saúde mental uma tendência à privatização empreendida pelas administrações estaduais.

O debate sobre a situação atual conduziu-se, no Congresso, a partir da constatação de que propostas técnicas avançadas não bastam para superar os impedimentos estruturais colocados pelo aparelho es-



tatal. Embora reconheçam a dificuldade de promover mudanças nesse âmbito, os participantes posicionaram-se por uma ação mais politizada em defesa da estatização do atendimento à saúde.

## O trabalho e o enlouquecimento

O tema **Produção social da doença mental** foi abordado sob o enfoque das condições de trabalho que provocam a insanidade. O Diesat (Departamento Intersindical da Saúde do Trabalhador) mostrou como a carga horária excessiva, o controle do tempo e o caráter alienante das atividades causam distúrbios nos trabalhadores. Além disso, destacaram-se os casos de categorias (bancários, telefonistas etc) que são mais sujeitas aos efeitos insalubres. Frida Zolty, Conselheira do CRP-06, conta: "nesse painel incluiu-se a realidade dos profissionais de saúde mental que também estão submetidos aos esquemas de atuação enlouquecedo-

res e, sendo assim, encontram-se igualmente vulneráveis à doença".

A criação de oportunidades para se pensar a própria prática foi vista, no Congresso, como a forma de os trabalhadores contraporem-se à ameaça de desestruturação. E a terceira parte da programação previu um momento dirigido nesse sentido: análise e reflexão sobre o atendimento desenvolvido pelos profissionais da área. Nesta etapa, foram inscritos cerca de 15 trabalhos trazidos por diferentes entidades, entre as quais estava o Conselho Regional de Psicologia — 6ª região.

## Os Centros de Saúde de SP

Os Conselheiros Frida Zolty, Oscar Armani Filho e Sonia Jubelini — membros da Comissão de Saúde — expuseram uma síntese do levantamento feito pela Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-06 junto aos psicólogos que atuam

nos Centros e Postos de Saúde de São Paulo. O relato foi feito em quatro tópicos: quais e quantos Postos / Centros oferecem serviços de Psicologia; como são as condições salariais e contratuais dos psicólogos alocados nesses órgãos; em que equipe esse profissional atua; e qual tipo de atendimento realizam nesses locais.

Os resultados apontados são alarmantes: poucas Unidades dispõem do serviço e a remuneração, na maioria das vezes, não atinge o piso salarial da categoria. Para piorar, a atuação do profissional esbarra nas indefinições acerca do seu papel dentro desses órgãos. O contexto delineado pelas informações do levantamento foi confirmado pelos participantes da discussão, que reconheceram nos dados demonstrados o reflexo da realidade vivida na rede de saúde pública.

## Os encaminhamentos propostos

A palavra de ordem por uma sociedade sem manicômios permeou as atividades durante o evento. Todos os presentes concordaram com esse objetivo, embora tenham salientado que, por enquanto, isso significa um símbolo de luta, na medida em que muitas transformações deverão ser empreendidas antes de se atingir tal meta.

Outra perspectiva a se seguir mais imediatamente é a organização dos trabalhadores de saúde mental. Com relação a este aspecto, o Congresso retratou que ainda são diferentes os níveis de mobilização nas diversas regiões. O norte e o nordeste, por exemplo, não estiveram representados. Diante desse limite, os participantes aprovaram — dentre as propostas finais — a formação de uma Comissão Permanente, constituída por três trabalhadores de cada Estado (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), para buscar a articulação com a sociedade civil (entidades populares, sindicatos, etc) de todo o Brasil, com a finalidade de ampliar as fronteiras do movimento. Com a mesma intenção, ficou acertada a realização de um **Dia Nacional de Luta Anti-manicomial** previsto para o segundo trimestre de 1988.

# Uma Rede contra a violência à criança

**D**urante toda a campanha eleitoral no ano de 1986, o Governador do Estado de SP ocupou grande parte do seu discurso com a defesa dos direitos das crianças. Assim, não é de se estranhar que o seu primeiro ato, após a posse do Governo, tenha sido a criação da Secretaria do Menor. A pasta, comandada pela Secretária de Estado Alda Marco Antonio, surgiu para propor e coordenar políticas de atendimento aos menores, no que se refere às suas necessidades básicas, estabelecendo-se como prioridade de trabalho as atividades dirigidas aos carentes e abandonados.

Embora já tenha traçado as suas diretrizes de ação e até colocado em curso alguns projetos, a Secretaria do Menor não teve durante o ano de 1987 nem mesmo um orçamento próprio. Os recursos necessários para manter programas como "Turma da Rua", "Clube da

Turma", "SOS Criança" e outros, foram obtidos através do repasse financeiro das 28 estatais de São Paulo. Para 1988, há previsão de se estabelecer um orçamento da Pasta. Entretanto, se considerarmos as estatísticas da Secretaria do Menor — que revelam a existência de 15 milhões de crianças e jovens, distribuídos entre 6 milhões de famílias, das quais 60% vivem em situação de pobreza absoluta ou relativa — podemos supor que as verbas serão insuficientes. E ainda, confirmando os prováveis limites de atuação, esta Secretaria planeja atender cerca de 15 mil menores. Isso significa que não se atingirá 1% da população em potencial (que somam 15 milhões).

## A violência contra as crianças

Atuando em outras frentes, a Secretaria do Menor enfrentará, a partir de março de 1988, o sério problema social da violência física e

sexual que atinge as crianças e adolescentes dentro dos lares e fora deles. Para gerar estratégias de combate sistemático à vitimização infantil, está sendo organizada a "Rede Criança", que prevê a participação de grupos da sociedade e instituições estatais integrados na seguinte estrutura: um Grupo Gestor, um Conselho de Representantes e um Comitê de Consultores.

O Grupo Gestor é composto por representantes da Secretaria do Menor, da Comunidade Universitária, da Sociedade de Pediatria de São Paulo, da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetria, dos Juizes das Varas de Menores, dos Curadores de Menores, da O.A.B, do Conselho Estadual da Condição Feminina e do Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região. O Conselho de Representantes é formado por um participante indicado pelos Grupos e Instituições filiadas à Rede. E o Comitê

de Consultores reúne especialistas em questões específicas, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

A ação da "Rede Criança" se dará nos níveis preventivo e curativo. A linha preventiva envolverá a ampliação da discussão sobre a problemática (utilizando-se inclusive dos meios de comunicação de massa). A linha curativa propiciará tratamentos de saúde física e mental às vítimas da violência (e familiares), oferecidos por "unidades-pólo" (hospitais, centros de saúde e clínicas psicológicas).

Como membro do Grupo Gestor, o CRP-06 convida as Clínicas Psicológicas a filiar-se à "Rede Criança", enquanto "unidade-pólo" que prestará atendimento às crianças atingidas (e seus familiares). A Secretaria do Menor oferecerá supervisão das atividades e capacitação técnica. Os interessados podem entrar em contato direto com o CRP.